



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE ABRIL DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Deolindo da Mata

Filomena Prazeres

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

Procedeu-se ao empossamento de Deputados substitutos.

Antes da Ordem do Dia - Na abertura da 2.^a Sessão Legislativa da IX Legislatura, proferiram mensagens de abertura, seguindo as normas regimentais, os seguintes Srs. Deputados Líderes de cada grupo parlamentar: Xavier Mendes (PCD), Aurélio Martins (MLSTP/PSD), Idalécio Quaresma (ADI) e o Sr. Presidente da Assembleia Nacional (Evaristo Carvalho).

Na sua mensagem, o Sr. Presidente da Assembleia Nacional fez uma breve análise do que foi a 1.^a Sessão Legislativa e das principais actividades que serão desenvolvidas pela Assembleia Nacional, tendo logo depois declarado aberta a 2.^a Sessão Legislativa da IX Legislatura.

Ordem do Dia – Foi apreciado e aprovado, na generalidade, o projecto de lei de alteração da Lei n.º 2/90 – Lei de Recenseamento e do Sufrágio Eleitoral, apresentado pelo Sr. Deputado Idalécio Quaresma (ADI).

De igual modo, foi aprovado, em votação final global, o Projecto de Resolução n.º 05/IX/2010 - que formaliza a constituição da Comissão Permanente da IX Legislatura, ficando por preencher, em tempo oportuno, a vacatura de um dos vice-presidentes por motivo de desaparecimento físico do ex.Vice-presidente Júlio Smith Lima. Usaram da palavra os Srs. Deputados José Manuel Noronha (MLSTP/PSD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) e Alcino Pinto (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral **Managem**
Alberto Manuel dos **Santos**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Cecílio Quaresma **da Graça** do Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa
Eneias Graça Sousa **Sardinha** e Santos
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
Ivo Mendonça da **Costa**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral **d'Alva**
José da Graça **Diogo**
José Manuel Costa Alegre
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário **Fernando**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Odete Aleixo Augusto Mendes **Bragança**
Paulo **Jorge** de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD)

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António Afonso **Ramos**
António Monteiro Fernandes
António Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Domingos Monteiro Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Hélder Afonso da Costa **das Neves**
José da Graça **Viegas** Santiago
Luís Miguel da Silva **d'Alva**
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Manuel Ferreira dos **Santos**
Manuel **Martins** Quaresma
Maria **das Neves** Ceita Batista de Sousa
Peregrino do Sacramento da **Costa**
Silvívia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena Maria Xavier **de Pina** dos Prazeres

Firmino João Raposo
Francisco Inácio da Silveira Rita
José Luís **Xavier Mendes**
Maria **Edite Salvaterra** Pinto

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Hélder Cravid Bonfim Menezes

Srs. Deputados, antes de prosseguir, queria pedir desculpas pelo início tardio do nosso trabalho. É que tivemos que nos reunir para acertar alguns aspectos do trabalho de hoje, tendo em conta a decisão presidencial em marcar a data da eleição presidencial para o dia 17 de Julho. Para nós, essa decisão da Presidência da República foi uma surpresa, e então tínhamos que fazer alguns acertos, antes de iniciar a nossa sessão de trabalho.

Prosseguindo, portanto, nesta sessão temos o empossamento de alguns Deputados que, a pedido dos distintos grupos parlamentares, requereram a substituição temporária de alguns que se ausentaram por vários motivos.

Por isso, convido a Sr.^a Secretária da Mesa a proceder à leitura do acto de empossamento.

A Sr.^a **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização, Caras e Caros Colegas, bom dia a todos. Vamos agora proceder ao empossamento de novos Deputados a esta Casa Parlamentar, aos quais desejo, desde já, boa sorte e sejam bem-vindos.

«Termo de posse dos Deputados à Assembleia Nacional:

Compareceram, perante o Plenário da Assembleia Nacional, aos 15 dias do mês de Abril do ano 2011, os Srs. Deputados substitutos Alcino Costa Batista de Sousa, Alexandre Hortêncio dos Santos, Ayres António Major, Carlos Alberto Pires Gomes, Lucas Sousa Pontes Assunção, Higino da Vera Cruz Will, Jerónimo Sebastião Dias da Mota, Magda Vany Lourenço Dias da Silva, José Manuel Noronha, Maria do Rosário Neto Afonso de Barros, Esperança Santiago da Costa e Octávio Silva Soares da Costa, dos círculos eleitorais de Água-Grande, Mé - Zóchi, Cantagalo, Lobata, Caué e Lembá, em substituição dos Srs. Deputados eleitos José da Graça Viegas Santiago, António Monteiro, Joaquim Rafael Branco, Hélder Cravid Menezes, Levy Nazaré, Filomena Monteiro, Domingos Monteiro Fernandes, Maria das Neves Batista de Sousa, Carmelita Lima Taveira, Dionísio Fernandes Leopoldino e Manuel Martins, tendo os mesmos prestado juramento nos termos constitucionais.

E para constar, se lavrou o presente Termo de Posse que vai ser assinado por Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária Permanente da Mesa da Assembleia Nacional, que o lavrou.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, esta a ser demorada a resposta técnica em relação à rádio. Não sei se podemos continuar na medida em que temos a gravação e a rádio depois poderia transmitir. Se estiverem de acordo, vamos continuar os nossos trabalhos.

Como sabem, esta é uma reunião de abertura da 2.^a Sessão Legislativa. Estamos a cumprir os preceitos constitucionais e regimentais que estabelecem que a Assembleia Nacional deve funcionar em duas sessões anuais, iniciamos a 1.^a Sessão Legislativa a 15 de Outubro e esta é a 2.^a Sessão, que irá desenvolver os seus trabalhos até 15 de Agosto.

Habitualmente, nas sessões de abertura, no período antes da ordem do dia procedemos à apresentação das mensagens pelos representantes dos grupos parlamentares e também pelo Presidente da Assembleia, em tom de balanço daquilo que foi realizado desde o início da Legislatura até agora.

Por isso, se não houver qualquer manifestação no sentido de alteração da ordem do dia, podemos continuar os nossos trabalhos, ouvindo, em primeiro lugar, a mensagem que vai ser apresentada pelo representante do Grupo Parlamentar do PCD.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente.

«Ex.^{mo}. Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização, Sr.^{as}. e Srs. Deputados, Excelências: É para mim uma honra saudar Vossas Excelências na sessão alusiva ao início da 2.^a Sessão Legislativa da presente Legislatura, oportunidade que aproveito para vaticinar a todos um desempenho parlamentar à altura do que esperam de nós as cidadãs e os cidadãos eleitores, que nos confiaram o seu voto.

Esta Sessão Legislativa ocorre num momento particularmente atribulado de uma importante região do nosso continente, onde se confrontam diferentes opções em matéria de desenvolvimento dos países implicados, situação com evidentes repercussões a nível global, a que São Tomé e Príncipe nunca poderá estar alheio.

Enquanto isso, ao nível interno, o Governo do Dr. Patrice Trovoada continua tranquilo na sua governação, a ponto de se poder afirmar, sem risco de cair em erro, que não há memória, na vigência da II República, de um governo com um período de graça tão alargado. De facto, ontem, o Governo completou oito meses de existência e até parece que não existe oposição. Puro engano! O PCD está vigilante e não

abdicou do seu estatuto de oposição, prosseguindo a sua acção de fiscalização e controlo da acção governativa.

O PCD prima a sua conduta pela estabilidade política e pelo princípio democrático mais elementar, de quem ganha governa. Assim, continuamos a estar disponíveis para continuar a dar o nosso contributo na resolução dos graves problemas do País e apoiar as medidas que julgamos serem as melhores e repudiar, com todo o vigor, as que poderão piorar a situação já dramática em que se encontram as nossas populações.

Para que esta atitude do PCD seja mais profícua, torna-se necessário que haja um diálogo constante e permanente do Governo com as forças políticas, principalmente as com assento parlamentar.

Infelizmente, não é apanágio nem preocupação deste governo a criação de um ambiente salutar para a manutenção de um diálogo permanente. O Governo isola-se e isso em nada contribui para a resolução dos problemas do País, que não são assim tão poucos.

O PCD manifesta-se preocupado com a actual situação que o País atravessa. O custo de vida aumenta, galopante mente, os preços dos produtos alimentares continuam a subir, assustadoramente, tanto os de produção interna como de importação. Este aumento do custo de vida é mais gritante na Região Autónoma do Príncipe, devido aos custos da dupla insularidade.

Que medidas o Governo tem tomado para minimizar o impacto do aumento do custo de vida, principalmente dos produtos alimentares? Fez um ligeiro aumento dos salários, que foi completamente absorvido pelo aumento dos preços do combustível. Aponta os comerciantes como um dos responsáveis pelo aumento dos preços dos produtos básicos, através do açambarcamento e especulação e lança a política de fixação das margens máximas de comercialização dos produtos básicos.

É certo que existem alguns comerciantes sem escrúpulos que se dedicam a tais práticas, mas consideramos que a culpabilização dos comerciantes em geral é um mero entretenimento do Governo para encontrar um bode expiatório, um culpado para o problema.

Consideramos, por outro lado, que a fixação das margens máximas de comercialização não constitui solução para o mesmo problema. Esta política de fixação das margens de comercialização foi o estandarte da política comercial da I República e todos conhecemos as suas consequências. Escassez de produtos de primeira necessidade no mercado, venda de «produtos casados», que já começou, e irá culminar com as célebres bichas que o PCD tanto combateu e a descapitalização dos comerciantes.

Estamos deveras preocupados com esta situação. É do conhecimento geral que os preços dos produtos alimentares no mercado internacional continuam a subir e as políticas adoptadas pelo Governo não irão solucionar o problema. O PCD pergunta: qual é a política do Governo em matéria da segurança alimentar? Qual a política do Governo para a produção local de alimentos?

Não basta a execução dos programas deixados pelo anterior governo no que diz respeito à produção alimentar, porque a situação actual é muito mais gravosa. Em determinada altura o PCD chamou a atenção do Governo para o facto de que as medidas avulsas que estavam a ser tomadas em nada resultariam, a não ser para dar a impressão ao eleitorado de que o Governo estava a mudar alguma coisa, e o próprio Governo reconheceu que algumas destas medidas não estavam a ser cumpridas.

Torna-se urgente que o Governo adopte medidas e políticas concretas para mitigar os efeitos do aumento dos preços dos alimentos. A nossa população já não aguenta e aguarda com tanta ansiedade o cumprimento das promessas eleitorais, de maneira a ver minimizadas as suas dificuldades do dia-a-dia.

A situação torna-se ainda mais gravosa quando o panorama internacional é completamente desfavorável, com os nossos principais parceiros e financiadores a atravessarem dificuldades diversas, tanto políticas como financeiras. O PCD está preocupado, pois desconhece qual tem sido o impacto das dificuldades dos nossos parceiros na execução orçamental e nas finanças públicas.

Pese embora um panorama tão sombrio, o Governo continua a fazer crescer as despesas públicas, ao ter de pagar indemnizações completamente evitáveis aos corpos de administração de algumas empresas públicas por não terem terminado o mandato, como é o caso da ENCO. Por outro lado, o PCD está ansioso por conhecer o estado actual das nossas reservas cambiais e por quanto tempo temos garantida a cobertura das importações para as necessidades do País.

As preocupações do PCD são enormes, tendo como pano de fundo as incertezas com que convive o País e reputa que a melhor solução consiste em convidar o Governo para expor neste palco privilegiado o real estado da Nação.

O PCD reafirma que está disponível para uma discussão séria e desapaixonada do problema, num ambiente de diálogo franco e contribuir para a resolução dos graves problemas que o País atravessa.

Tendo em conta a marcação da data da eleição presidencial, para o dia 17 de Julho por Sua Excelência o Presidente da República, o PCD insta o Governo a disponibilizar os meios financeiros necessários e outros para o cabal cumprimento das tarefas da Comissão Eleitoral Nacional, de modo que as mesmas decorram com a necessária normalidade.

Para terminar, Sr. Presidente, o PCD gostaria que, entre outras matérias, fosse discutida nesta Sessão Legislativa a problemática da legislação fundiária e a revisão das legislações eleitorais e fiscais, de modo a torná-las mais consentâneas com a nossa realidade».

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Em seguida, convido o Sr. Deputado, representante do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD a usar da palavra.

O Sr. **Aurélio Martins** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Caros Deputados, gostaria de pedir um minuto de silêncio em memória de um ano de falecimento do ex-Presidente da Assembleia, Sr. Francisco Silva, e também em memória do Deputado Júlio Smith.

O Plenário guardou, de pé, um minuto de silêncio.

«Ex. ^{mo}.Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Ex. ^{mo}. Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização, Excelências, Caras e Caros Colegas Deputados: Permitam-me saudar-vos, muito calorosamente, esperando que essas breves férias parlamentares tenham servido para retemperar a energia e o reforçar a boa disposição para a retoma dos nossos trabalhos parlamentares, enquanto representantes legítimos do povo são-tomense.

Como é praxe, aproveito esta sessão de abertura para tecer, na qualidade de líder da oposição, algumas considerações em matéria de governação e de interesse nacional.

Em 1 de Agosto de 2010, o partido no poder recebeu a legitimidade eleitoral para conduzir os destinos de São Tomé e Príncipe, na base de promessas que todos nós conhecemos. O partido no poder foi ainda mais longe, pedindo que o deixassem trabalhar, um *slogan* que em muito terá contribuído para sua vitória. Pedido este que também está a ser respeitado pelos partidos com assento nesta Casa parlamentar.

No entanto, o eleitorado não conferiu uma maioria absoluta ao partido vencedor e com isso quis transmitir um sinal claro à classe política dirigente, de forma a criar um espaço para que a oposição exerça o seu papel fiscalizador. E é para fiscalizar que aqui estamos, na defesa intransigente dos valores da democracia multipartidária e dos superiores interesses da Nação.

No nosso exercício do contraditório político, prometemos uma oposição responsável, credível e, acima de tudo, séria. E porque não também pedagógica?! Não pretendemos criar constrangimentos. É que continuaremos a fazer uma oposição construtiva, permitindo ao Governo cumprir o seu mandato, porque para o MLSTP/PSD estão em primeiro lugar, São Tomé e Príncipe e os são-tomenses.

Faremos uma oposição construtiva, porque este executivo, liderado pelo Primeiro-Ministro Patrice Trovoada, líder do ADI, precisa de cumprir as suas promessas eleitorais e, dessa forma, melhorar as condições de vida dos cidadãos.

Faremos uma oposição construtiva, porque «um tempo novo», que advogamos para o MLSTP/PSD passa pela criação de um espaço de diálogo permanente e com isso encerrar o ciclo de instabilidade governativa que, desde o início da II República, primam-nos. No entanto, pela boa governação, a gestão transparente dos bens públicos e o combate à corrupção. Se depender de nós, evitaremos que o País conheça, de novo, 10 primeiros-ministros em 10 anos.

Faremos uma oposição construtiva, sobretudo, porque o Governo tem o compromisso de, no final da presente Legislatura, nos apresentar os resultados do seu Programa e das grandes opções de política definidas. Estaremos, igualmente, na expectativa de resultados inerentes aos objectivos do desenvolvimento do milénio, sobretudo na valência e na erradicação ou redução da pobreza, equidade e igualdade do género.

Enfim, faremos uma oposição construtiva porque só com a estabilidade política se torna possível a atracção de investimentos estrangeiros, tão necessários para o desenvolvimento do nosso país. Referimo-nos ao investimento assente numa visão fundamentada no aproveitamento da nossa localização geopolítica e estratégica no Golfo da Guiné, na perspectiva de se transformar São Tomé e Príncipe numa placa giratória de prestação de serviços e de se tirar o maior partido de um mercado emergente sub-regional com mais de 200 milhões de habitantes.

Ex. ^{mo} Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados: Fazer uma oposição construtiva, como vimos sublinhando, não pode ser entendido como passar um «cheque em branco». Não nos abdicaremos do nosso papel na qualidade de oposição e não sustentaremos acções que tendem a roçar o limite da decência e do tolerável. Para nós, primeiro são os são-tomenses e, como tal, tudo faremos para sua salvaguarda. Estaremos, por isso, atentos em todas as matérias que são relevantes e de supremo interesse da Nação.

E como tal, estamos à espera que o Governo dê sinais do cumprimento das Grandes Opções do Plano e, simultaneamente, do Orçamento Geral do Estado, que foram apresentados e aprovados nesta Casa Parlamentar.

Atendendo à crise económica mundial que se assiste, com reflexos imediatos em economias tão frágeis como a nossa, estamos preocupados com a necessidade de se valorizar sectores produtivos, tais como: agricultura, pesca e turismo.

Preocupa-nos, igualmente, o estado actual da nossa justiça e da administração pública, enquanto principais pilares da democracia. As condições de trabalho dos magistrados e funcionários judiciais, a

celeridade nos processos judiciais, o acesso à justiça, as condições de investigação criminal, a violação dos prazos legais das prisões preventivas atentam contra os direitos do cidadão, em certos casos, consubstanciando na violação dos direitos humanos. Por outro lado, a deficiência dos sistemas acima referenciados não transmitem confiança aos investigadores.

A comunicação social foi, é e será sempre um instrumento importante para a consolidação do Estado de direito democrático. Preocupa-nos, sobremaneira, o funcionamento actual dos órgãos públicos de comunicação social no que diz respeito à falta de isenção no tratamento das notícias. Há sinais claros de tentativa de manipulação de notícias em função de estratégias político-partidárias do Governo.

Estaremos atentos também na defesa do cumprimento da promessa feita em relação ao aproveitamento de quadros e das competências técnicas nacionais ao nível da administração central do Estado, independentemente da coloração política.

Sr. ^{as} e Srs. Deputados: São Tomé e Príncipe, enquanto país insular, não pode ignorar nem subestimar a conjuntura política prevalecte no mundo árabe e norte de África, nem a crise financeira mundial, pois as suas implicações terão, directa ou indirectamente, impacto negativo sobre a nossa pequena e frágil economia.

Nesse sentido o Governo precisará de muita imaginação para transformar as fraquezas que esta situação nos cria em forças e alternativas, de modo a debelar esses constrangimentos. Mas para que se possa caminhar nesta direcção é imprescindível que o Governo seja mais dialogante com as forças políticas e a sociedade civil.

Queremos igualmente sublinhar e apelar ao Governo no sentido de dar uma atenção particular ao ensino e a formação, enquanto factores importantíssimos do desenvolvimento humano.

Ilustres Deputados representantes do povo: São Tomé e Príncipe vai assinalar, em Julho próximo, o seu 36.º aniversário da Independência Nacional e somos todos chamados a reflectir sobre o nosso passado, o presente e, particularmente, o que podemos e devemos construir para o futuro.

Como partido responsável, julgamos que é fundamental assegurar um verdadeiro crescimento económico, social e cultural do nosso país, o que implica a tomada de medidas inadiáveis e urgentes. É nesta perspectiva que renovamos a nossa disponibilidade de dialogar com todas as forças vivas da Nação e aproveitarmos esta ocasião para lançar a ideia de os partidos com representação parlamentar iniciarem a discussão de uma «agenda de consenso», de modo a assegurar a estabilidade política e governativa para a presente década.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, antes de terminar, queremos manifestar a nossa extrema preocupação pelos atrasos que se verificam nos trabalhos de recenseamento eleitoral, sobretudo na Diáspora. Exortamos ao Governo, no quadro das suas responsabilidades, a mobilizar, urgentemente, os recursos financeiros indispensáveis para a conclusão em tempo útil deste processo, tendo em conta que Sua Excelência o Sr. Presidente da República, no quadro do respeito pelas normas constitucionais, já marcou a data para a realização da próxima eleição presidencial.

Viva a democracia, viva São Tomé e Príncipe!»

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Acabamos de ouvir a mensagem do representante do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, na pessoa do seu líder.

Em seguida, convido o representante do Grupo Parlamentar do ADI para dirigir a sua mensagem.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização, Srs. e Sr. ^{as} Deputadas, bom dia.

«S. Ex.^a Sr. Presidente da Assembleia Nacional, S. Ex.^a Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização, Sr. ^{as} e Srs. Deputados, Caras e Caros ouvintes da Rádio Nacional: Antes de mais, os nossos cumprimentos a todos e, em particular, a nossa comunidade que, de uma forma abnegada e corajosa, vem labutando em outras paragens em busca de uma vida melhor.

Sr. ^{as} e Srs. Deputados, com a realização desta Plenária damos início aos trabalhos da 2.^a Sessão Legislativa da presente Legislatura 2010/2014. Estando-nos a iniciar a 2.^a Sessão Legislativa, é sempre bom fazermos um balanço do que foi a 1.^a Sessão Legislativa da IX Legislatura.

No nosso entender, apesar de muitas dificuldades, os Deputados que compõem esta augusta Assembleia deram respostas aos assuntos mais importantes e prioritários que foram colocados nos devidos momentos, tendo a salientar: a análise e aprovação do Programa do XIV Governo Constitucional, a apreciação e aprovação do OGE e das GOP 2011 e a aprovação da lei de alteração da lei da Comissão Eleitoral Nacional entre outras matérias de interesse nacional.

Apesar das dificuldades encontradas, o que é normal num país como o nosso, podemos concluir que a 1.^a Sessão foi produtiva e proveitosa, mas temos a consciência plena de que poderia ter sido melhor.

Sr. ^{as} e Srs. Deputados: ainda resta-nos muito trabalho pela frente, só vamos no início da 2.^a Sessão. Internamente, temos alguns constrangimentos, o que merece da nossa parte uma reflexão profunda e responsável, a salientar a forma como funcionamos. Neste momento os Deputados desempenham a sua

função em *part-time*, o que por si só traduz uma baixa de produtividade e morosidade na tomada de decisões de alguns diplomas. É uma situação que urge mudar e, no nosso entender, é urgente.

Temos muitos diplomas que carecem de revisão e alteração e, portanto, irá exigir dos Deputados um maior empenho e dedicação de modo a elevar o nosso desempenho e dar resposta às várias situações que a sociedade espera de nós.

Dizia um escritor, «*somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos*»; Eduardo Galiano.

Sr. ^{as} e Srs. Deputados: desde a tomada de posse dos Deputados até hoje, abertura da 2.^a Sessão Legislativa, fomos assistindo algumas acções com vista a desestabilização da governação com o lançamento de algumas informações de propaganda, tendo a salientar a situação em torno do aumento do preço do combustível, a falta de alguns produtos no mercado entre outras. Alguns dos nossos adversários ainda continuam a utilizar a tática de desestabilização do século passado, século XX, e gostaríamos de dizer o seguinte: o ADI e o seu governo estão empenhados em trabalhar para o bem deste povo.

Sr. ^{as} e Srs. Deputados: para aqueles que só têm recorrido a tentativa de destruição, nós respondemos com o trabalho feito, apesar de vários bloqueios encontrados;

Para aqueles a quem só restam a intriga, nós respondemos com diálogo aberto, franco e sincero e somos pela estabilidade. Basta a instabilidade, o nosso maior inimigo, estamos casados;

Para aqueles que de tudo dizem mal, nós respondemos com o nosso empenhamento firme para que haja mais desenvolvimento, mais progresso, mais justiça social e mais solidariedade no nosso país. A mudança chegou e é para ficar. Recordemos o nosso lema de campanha, «*deixe-nos trabalhar, queremos avançar*».

Excelências, senhoras e senhores: permita-nos elogiar o desempenho do Governo e muito em particular na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro e enviar uma palavra de conforto pelo balanço feito dos seis meses de governação. A prestação do Governo é tanto mais positiva quanto sabemos a difícil situação internacional e a nossa grande dependência das ajudas externas. Temos a consciência que o Governo fez o possível, mas também temos a plena consciência de que há ainda imenso por fazer.

No nosso país existem muitas famílias afectadas pela pobreza, idosos que enfrentam a solidão, desempregados, jovens com dificuldades; para todos eles vai a nossa solidariedade. Eles são a razão de ser do nosso trabalho e da nossa vitória a 1 de Agosto de 2010.

Um dos eixos do programa de Governo é o combate a corrupção. Aqueles que vivem da corrupção que pensam que a pobreza não lhes diz respeito, gostaríamos de lhes lembrar a frase insuspeita daquele que foi o presidente de um dos países, onde aliás coexiste a maior riqueza com a maior pobreza, passo a citar: «*uma sociedade livre que não é capaz de ajudar aos muitos que são pobres não poderá salvar os poucos que são ricos*»; John Kennedy.

Durante os seis meses dessa governação notamos que os são-tomenses ganharam a auto-estima, ganharam orgulho na sua pátria e ganharam confiança na sua capacidade. Por isso, contamos com a colaboração de todos, mais todos os são-tomenses que querem dar a mão para o bem deste povo. A única forma de conseguirmos a prosperidade é trabalharmos mais, sermos mais sérios e transparentes.

É um desafio, mas estamos conscientes que conseguiremos. Toda mudança implica resistência e em São Tomé não foge a regra. Temos muitos adversários, mas, convenhamos, minhas senhoras e meus senhores, este povo merece melhor e nós todos somos poucos para essa tarefa que é o povo, de certeza, estará do nosso lado.

A conjuntura internacional é difícil e a cada dia que passa tende a agravar, os nossos parceiros vivem, actualmente, grandes dificuldades. A nossa resposta face a essa crise é, sobretudo, trabalharmos mais, rentabilizar as ajudas que são postas a nossa disposição, transformando-as em benefício real à nossa população, que o povo nos agradece.

Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. ^{as} e Srs. Deputados: esta 2.^a Sessão inicia-se num contexto de alguma particularidade, atendendo que está para breve a eleição presidencial, estando já em curso movimentações com vista a este «embate eleitoral». Pelo contrário, já conhecemos a data.

Gostaríamos de solicitar a todos os intervenientes de que esta campanha fosse um momento de debate de ideias, com vista a obtermos um bom resultado. Vamos fazer da campanha política um momento de festa da democracia, evitando desta forma ataques baixos com insultos que em nada dignifica a política e muito menos os seus actores.

Sr. ^{as} e Srs. Deputados: antes de terminar gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, de felicitar os nossos colegas Deputados do PCD e do MLSTP/PSD pelo congresso realizado, desejando aos novos líderes muita coragem e dedicação nesta nobre tarefa de consolidação da nossa jovem democracia.

É altura de mudar.»

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Acabamos de ouvir a mensagem do Grupo Parlamentar do ADI na pessoa do seu líder.

Resta-nos agora também fazer às caríssimas e aos caríssimos Deputados o balanço da Mesa da Assembleia nacional, como é hábito nesta altura.

«Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização, Sr. ^{as} e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores: antes de mais, gostaria de saudar as Sr. ^{as} e Srs. Deputados e, ao mesmo tempo, desejar-vos saúde e um bom recomeço, cheio de vigor e dinamismo.

Decorridos que foram sete meses após a constituição desta IX Legislatura, acho, na minha perspectiva, que a Assembleia Nacional prestou serviço à Nação com toda a normalidade, no âmbito da sua competência.

Pois, é digno realçar a entrega e desempenho que fizeram provas, tanto as Sr. ^{as} e Srs. Deputados, como os trabalhadores e quadros desta Casa parlamentar durante esse período.

Congratulo-me também com a permanente disponibilidade e participação do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização, quer nas reuniões da Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, quer do Plenário.

A abertura de cada sessão é um momento particular que se nos oferece, a fim de olharmos para trás e rever, ainda que de relance, o que foi feito e delinear as acções futuras.

À luz do que vem espelhado no relatório das actividades da Assembleia Nacional, concernente à 1.^a Sessão iniciada a 15 de Outubro, podemos constatar que o balanço é positivo e encorajador. Da lista das iniciativas apresentadas à Mesa da Assembleia consta um número considerável de projectos e propostas de lei e de resolução. Dessas iniciativas foram aprovadas quatro propostas e um projecto de lei, dezoito projectos e uma proposta de resolução e, infelizmente, dois votos de pesar.

A 1.^a Sessão ficou marcada pela aprovação dos dois instrumentos fundamentais de governação, que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o ano económico em curso.

Mas também as circunstâncias da vida levaram a que nos víssemos na contingência de aprovar votos de pesar em virtude do desaparecimento físico do ex-primeiro-ministro e chefe do governo, Dr. Celestino Costa e do Deputado e Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Júlio Smith Lima.

Da forma tão abrupta que este último nos deixou, fez com que até a presente data a Assembleia Nacional ficasse desprovida de um dos seus vice-presidentes. Mas estamos certos que havemos de proceder à eleição de novo vice-presidente ainda no decurso desta Sessão.

Achamos, absolutamente, desnecessário referir ao número de vezes que a Assembleia reuniu em Plenário, ao nível das Comissões Especializadas, da Conferência de Líderes e do Conselho de Administração, até porque a função tribunicia é uma das que caracteriza o nosso desempenho como Deputados.

No âmbito da fiscalização da actividade governativa, registou-se uma interpelação ao Governo, relativamente ao caso de 30 000 barris de Petróleo, disponibilizados pelo Governo Nigeriano.

No capítulo das relações bilaterais e internacionais, é de assinalar a participação da nossa delegação composta por três membros do grupo nacional, na 124.^a Assembleia da União Inter-Parlamentar que decorre, neste momento, em Panamá.

É de referir também a nossa participação na recente Assembleia-geral da União Parlamentar Africana, que decorreu na vizinha República da Guiné Equatorial.

Ainda nesta esteira, gostaríamos de dar ênfase às relações de cooperação e amizade existentes entre o nosso Parlamento e a Assembleia da República de Portugal que, a cada dia que passa, vem adquirindo um enorme ímpeto.

Como sabemos, uma das importantes atribuições da Assembleia Nacional é a fiscalização e controlo das actividades do Governo, pelo que, em colaboração com a Assembleia da República de Portugal, acolhemos em Março último o seminário sobre o reforço das competências de fiscalização política dos parlamentos e respectivos instrumentos.

O seminário em apreço foi deveras oportuno, pois a sua realização coincidiu com o facto da actual Legislatura ser composta por 65% de pessoas que são deputados pela primeira vez.

No rol dos nossos compromissos com a Assembleia Parlamentar da CPLP, promovemos em São Tomé, muito recentemente, a reunião do grupo inter-parlamentar que contribuiu, de forma valiosa, na preparação do seu próximo plenário previsto para Junho, em Timor-Leste.

Sr. ^{as} e Srs. Deputados, a Sessão Legislativa que hoje tem início se reveste de uma grande importância caracterizada por desafios que, por certo, hão-de exigir de nós um trabalho sério e abnegado.

Desde logo, no âmbito político, temos a eleição, para escolha de um novo Presidente da República, prevista para o mês de Julho próximo. Neste contexto, quero apelar às Sr. ^{as} e Srs. Deputados para que estejam atentos ao processo de recenseamento eleitoral que, ao nível interno, está a decorrer em perfeita normalidade.

Sr. ^{as} Srs. Deputados: apraz-nos referir que dos assuntos que deram entrada à Mesa da Assembleia não houve algum que tivesse sido rejeitado, por um lado. Mas por outro, queremos aqui sublinhar que figuram na lista dos assuntos pendentes e que devem por isso constituir a nossa preocupação as propostas e projectos de leis sobre: a alteração do Código Geral Tributário; a alteração do Código do Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares; a lei base de Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar; a proibição do acesso dos menores aos recintos públicos e lugares de venda de bebidas alcoólicas; a lei que

regula o tráfico, consumo e a detenção de drogas; a lei base para pessoas portadoras de deficiência; a Convenção da Agência Multilateral de garantia de investimentos, entre outros.

Temos ainda como preocupação, resultantes de audiências separadas pelas delegações do Comité Nacional para Implementação e Monitorização da Convenção dos Direitos da Criança e da Associação para Cooperação entre os Povos, que pretendem que a Assembleia Nacional dê uma atenção especial para a adopção, inclusive, de lei sobre crimes dos menores.

Caríssimas e caríssimos Deputados: vivemos nos dias de hoje momentos de conflitos e tensões latentes ao nível mundial, com particular destaque para o nosso continente.

A este factor, adicionam-se as catástrofes naturais e crises económicas e financeiras que abalam a economia de países, que outrora gozavam de uma reputada saúde financeira.

Sabemos que São Tomé e Príncipe é um país que depende grandemente do exterior e os tempos que se avizinham não são prometedores. Ainda assim, devemos congregiar esforços de modo a que cada um, no âmbito das suas atribuições, tenha uma acção que aponte para o engrandecimento do País e, conseqüentemente, do nosso povo.

Cabe-nos como Deputados continuar a pugnar por uma postura cívica e urbana ao longo dos nossos próximos debates, não perdendo de vista o factor contraditório que torna atraente e dignificante ao nosso parlamento, local por excelência considerado por muitos como «casa mãe» da democracia.

Termino, agradecendo a vossa atenção, pelo que declaro aberta a 2ª Sessão Legislativa da IX Legislatura.»

Aplausos gerais.

Dito isso, vamos passar para a segunda fase dos nossos trabalhos.

Como diz o boletim informativo, temos um pequeno período da ordem do dia com apenas dois pontos. O primeiro, é uma proposta que submetemos ao Plenário, no sentido de apreciarmos, tendo em conta a urgência que isso requer. Ou seja, do contacto que tivemos com os responsáveis da Comissão Eleitoral Nacional, resultou na necessidade da Assembleia proceder à uma pequena alteração na lei referente ao recenseamento eleitoral, no sentido de encurtar alguns prazos previstos nesta lei para que o processo do recenseamento tenha o seu término em tempo oportuno. E mais ainda neste momento que temos já conhecimento que o Sr. Presidente da República, no uso das suas competências, já fixou a data de 17 Julho para a eleição do novo presidente da república.

A proposta é de que apreciemos já nesta reunião na generalidade para que a Comissão Especializada Permanente, juntamente com a Comissão Eleitoral, prossiga os trabalhos de acertos dessas datas.

O projecto foi apresentado por três Deputados, mormente responsáveis dos distintos grupos parlamentares, por isso, convido o seu autor para proceder à leitura do mesmo.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, na realidade temos em mãos uma proposta que sugere a alteração da Lei 2/90, de 14 de Maio. O objectivo essencial desta proposta é alterarmos os prazos, fazendo referência, concretamente, aos artigos 34, 35, 36 e 37 da Lei 2/90, que se referem ao «sufrágio do recenseamento eleitoral».

O objectivo essencial também era reduzir para ver se conseguíssemos dar resposta a urgência da data da eleição presidencial, concretamente com relação à nossa diáspora. Sabe que no ano passado fizemos o levantamento de raiz em São Tomé, mas, infelizmente, na altura não se pôde também fazer na diáspora. Portanto, tendo em conta que as eleições presidenciais exigem a participação da diáspora, há todo o interesse em realizarmos esse trabalho.

Mas, como disse o Sr. Presidente, é uma proposta que ainda vamos analisar, tendo em conta que ela se baseou na data para finais de Julho e o decreto de Sua Excelência o Sr. Presidente da República fixa para 17 de Julho. Portanto, temos menos 15 dias. Por isso, Sr. ^{as} e Srs. Deputados que fazem parte da 1.ª Comissão, temos uma tarefa urgente em dar resposta.

Assim sendo, desde agora solicito a colaboração de todos.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, está apresentado o projecto, o objectivo foi explicitamente exposto, temos que trabalhar, dar a nossa participação e contribuição para que o processo eleitoral que já nos avizinha decorra com toda a normalidade.

Como disse, o projecto é para submeter ao Plenário para a sua apreciação na generalidade e posteriormente o Plenário pode decidir ou não para que a Comissão Especializada continue a trabalhar a volta deste assunto, estreitamente com a Comissão Eleitoral Nacional.

É um trabalho especial, mas que o Plenário tem poder..., normalmente quando entra um projecto baixa-se a Comissão Especializada Permanente para a sua apreciação e análise e depois é submetido ao Plenário mediante um relatório

Tendo em conta a urgência do assunto trazemos directamente ao Plenário que pode decidir pela sua apreciação na generalidade e remete-lo para apreciação na especialidade pela Comissão Especializada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Noronha.

O Sr. **José Manuel Noronha** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, apenas para levantar uma questão que já tinha sido reflectida a nosso nível.

No artigo 1.º diz: «*Para realização do Recenseamento Eleitoral 2011, visando as eleições Presidenciais de 2011*».

Era bom que se fizesse referência; visando exclusivamente as eleições Presidenciais de 2011 para que não se entendesse que essa alteração a lei irá permanecer para posterior eleições.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado pela observação. Penso eu que essa observação é pertinente e na análise na especialidade deve ser tido em conta.

Mais intervenções, podemos concluir que é um projecto consensual?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho também duas observações. O colega Deputado José Manuel já colocou uma questão, escuso-me recolocar.

Vejo aqui no mapa, calendário de recenseamento eleitoral de que o término do recenseamento eleitoral está previsto para o dia 17 de Julho de 2011 que coincide com a data da eleição Presidencial.

Isso não tem alguma contradição com o artigo 37.º ponto 3 que faz referência inalterabilidade de eliminação de inscrições.

Estamos a aprovar na generalidade, mas não sei se na especialidade podemos ter em conta essa questão.

Precisamente quando termina o recenseamento eleitoral é que temos a eleição. Como é que vamos lidar com esta questão?

O Sr. **Presidente**: — Precisamente, esta preocupação foi também da Mesa que teve encontro antes de iniciarmos os nossos trabalhos. Tivemos encontro com os elementos da Comissão Eleitoral. É verdade que a Comissão Eleitoral tinha apresentado este cronograma, mas na medida em que Sua Excelência o Sr. Presidente da República já marcou a eleição para o dia 17 de Julho, naturalmente este cronograma terá que ser revisto e acertado, pelo que é trabalho da Comissão Especializada juntamente com a Comissão Eleitoral ajustar todo esse cronograma de recenseamento.

Portanto, consideramos também pertinente a observação feita e naturalmente que no âmbito da Comissão Especializada vai-se ter que dar tratamento a este assunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Alcino Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. ^{as} e Srs. Deputados, bom dia. Sr. Presidente, é apenas um pedido de esclarecimento se for possível.

Atendendo que a Comissão Especializada aprovará a proposta de alteração a lei apenas na especialidade, atendendo a urgência da questão face a fixação da data da eleição por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, a minha preocupação é quando voltará o Plenário a se reunir para aprovar definitivamente as alterações para permitir que o que está em curso neste momento tenha cobertura legal.

O Sr. **Presidente**: — Penso que temos a competência e o compromisso de fazer tudo. Dentro de uma semana se a Comissão Especializada tiver o trabalho acabado, poderemos convocar o Plenário para esse efeito. Estamos agora num ritmo, penso eu, que a Assembleia também tem que está preparada a todo o momento no sentido de responder a essa exigência.

Não sei se o Sr. Deputado está satisfeito.

O **Orador**: — Obrigado Sr. Presidente, julgo que uma semana é muito, porque estou até convencido, não tenho informações, mas se eu fosse Presidente da Comissão Eleitoral após ter tomado conhecimento já estaria a trabalhar na proposta de alteração.

Portanto, sugeriria no máximo 72 horas.

O Sr. **Presidente**: — Queria lembrar outra vez que de facto o Presidente da Comissão Eleitoral Nacional esteve aqui connosco antes de iniciarmos a nossa reunião precisamente devido a preocupação que se tem para trabalhar, respondendo as exigências que se colocam neste momento.

Parece que já não há qualquer dúvida, o assunto é de interesse e consensual. Vamos passar a votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 52 votos a favor.

Portanto, foi aprovado na generalidade com decisão para a sua remessa imediata a Comissão Especializada para o necessário trabalho.

Quer para aprovação final global de uma Resolução que temos que formalizar a Comissão Permanente da Assembleia Nacional respeitante a esta Legislatura.

Este trabalho já foi feito oportunamente. Desde Outubro tínhamos organizado a Assembleia com todas as suas Comissões Especializadas incluindo a Comissão Permanente. Só que falhou a publicação da Resolução referente a Constituição da Comissão Permanente, que já está em exercício, aliás já hesitou duas vezes nessa legislatura. Portanto, somente trago ao Plenário para formalizar.

A Comissão Permanente como já é conhecida, deve ser constituída nos termos dos artigos; 42.º, 43.º e 44.º do Regimento. Ela foi constituída oportunamente através de indicação dos respectivos partidos.

Por isso, no artigo 1.º diz que a Comissão Permanente desta Legislatura está constituída pelo Presidente, os Vice-Presidentes e os deputados indicados pelos respectivos partidos.

Há questão de um dos Vice-Presidente que infelizmente no decurso do tempo desapareceu fisicamente, mas que naturalmente vamos providenciar para que a vacatura seja preenchida ainda nesta sessão.

Portanto, pergunto se o Plenário tem alguma reticência, alguma dúvida sobre isto?

Chamo atenção novamente que a Comissão Permanente já tem exercido a sua função, só falta formalizar para a publicação no Diário da Assembleia e no Diário da República.

Bom, o Sr. Deputado Albertino Bragança está a levantar o problema da questão do Vice-Presidente falecido. A Comissão Permanente quando foi constituída ele estava vivo, tanto mais que no artigo 2.º da Resolução diz: «A presente Resolução produz efeito a partir de 28 de Setembro de 2010.» Nessa altura ele vivia.

Não havendo nenhuma observação vamos submeter a Resolução à votação.

Submetida à votação, foi aprovada com 52 votos a favor.

A Resolução foi aprovada pelo Plenário, vou determinar a sua publicação imediata.

Para hoje terminamos os nossos trabalhos, naturalmente que temos que ficar preparados, como disse, a todo momento poderá haver necessidade de reunirmos.

Dou por encerrado a sessão agradecendo a participação e a presença de VV. Ex.^{as}.

Eram 12 horas.